



SIMULADO FINAL

TCE SC

Auditor Fiscal De Controle Externo

Ciências Contábeis - Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso TCE-SC, cargo de Auditor Fiscal de Controle Externo - Ciências Contábeis;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/LKESHvu6AQip3hQHA>

- | | | | | |
|------------|------------|------------|------------|-------------|
| 01 - ABCDE | 21 - ABCDE | 41 - ABCDE | 61 - ABCDE | 81 - ABCDE |
| 02 - ABCDE | 22 - ABCDE | 42 - ABCDE | 62 - ABCDE | 82 - ABCDE |
| 03 - ABCDE | 23 - ABCDE | 43 - ABCDE | 63 - ABCDE | 83 - ABCDE |
| 04 - ABCDE | 24 - ABCDE | 44 - ABCDE | 64 - ABCDE | 84 - ABCDE |
| 05 - ABCDE | 25 - ABCDE | 45 - ABCDE | 65 - ABCDE | 85 - ABCDE |
| 06 - ABCDE | 26 - ABCDE | 46 - ABCDE | 66 - ABCDE | 86 - ABCDE |
| 07 - ABCDE | 27 - ABCDE | 47 - ABCDE | 67 - ABCDE | 87 - ABCDE |
| 08 - ABCDE | 28 - ABCDE | 48 - ABCDE | 68 - ABCDE | 88 - ABCDE |
| 09 - ABCDE | 29 - ABCDE | 49 - ABCDE | 69 - ABCDE | 89 - ABCDE |
| 10 - ABCDE | 30 - ABCDE | 50 - ABCDE | 70 - ABCDE | 90 - ABCDE |
| 11 - ABCDE | 31 - ABCDE | 51 - ABCDE | 71 - ABCDE | 91 - ABCDE |
| 12 - ABCDE | 32 - ABCDE | 52 - ABCDE | 72 - ABCDE | 92 - ABCDE |
| 13 - ABCDE | 33 - ABCDE | 53 - ABCDE | 73 - ABCDE | 93 - ABCDE |
| 14 - ABCDE | 34 - ABCDE | 54 - ABCDE | 74 - ABCDE | 94 - ABCDE |
| 15 - ABCDE | 35 - ABCDE | 55 - ABCDE | 75 - ABCDE | 95 - ABCDE |
| 16 - ABCDE | 36 - ABCDE | 56 - ABCDE | 76 - ABCDE | 96 - ABCDE |
| 17 - ABCDE | 37 - ABCDE | 57 - ABCDE | 77 - ABCDE | 97 - ABCDE |
| 18 - ABCDE | 38 - ABCDE | 58 - ABCDE | 78 - ABCDE | 98 - ABCDE |
| 19 - ABCDE | 39 - ABCDE | 59 - ABCDE | 79 - ABCDE | 99 - ABCDE |
| 20 - ABCDE | 40 - ABCDE | 60 - ABCDE | 80 - ABCDE | 100 - ABCDE |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/3R1Uxfj>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA**

Felipe Luccas

1. Leia a frase a seguir.

Ele vive dizendo que não faz parte da classe política local, mas é porque ainda não percebeu que reproduz exatamente os mesmos vícios daquela corja.

Sobre a significação ou a estruturação dessa frase, assinale a afirmativa incorreta.

- a) A palavra *corja* assume um valor pejorativo na frase.
- b) A expressão *classe política local* é recuperada pelo termo *corja*.
- c) O termo “que” funciona como conjunção integrante em ambas as ocorrências.
- d) O pronome demonstrativo *daquela corja* se refere a algo não explicado no texto.
- e) O pronome *Ele* não aparece repetido na frase, mas está implícito nas formas verbais *faz*, *percebeu* e *reproduz*.

2. Assinale a frase em que o termo sublinhado se refere a algo expressamente mencionado antes.

- a) O trânsito estava um verdadeiro caos; os carros se acumulavam por quilômetros a fio.
- b) Continuo à procura de um apartamento, pois preciso encontrar um teto o quanto antes.
- c) Com a areia repleta de gente, o clima era de total descontração entre os banhistas.
- d) O número de servidores públicos cresceu no Brasil. Alguns setores criticam o excesso de ocupantes de cargos comissionados.
- e) Os alunos entraram em greve junto com os professores; a principal pauta dos discentes é a defesa de melhorias para a instituição.

3. A substantivação é um processo sintático de transformar outras classes de palavras em substantivos.

A frase em que isso NÃO ocorre é:

- a) “O recatado de longos meses era agora (castas estrelas!) nada menos que um libertino.” (*Quincas Borba*)
- b) “O mais do tempo é gasto em hortar, jardinar e ler; como bem e não durmo mal.” (*Dom Casmurro*)
- c) “Levantou-se com o passo vagaroso do costume, não aquele vagar arrastado dos preguiçosos” (*Dom Casmurro*)
- d) “Então o Imperador dava outra vez a mão a beijar, e saía, acompanhado de todos nós” (*Dom Casmurro*)
- e) “Comíamos, é verdade, mas era um comer virgulado de palavrinhas doces” (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*)

4. Em todas as frases abaixo, os termos sublinhados foram substituídos, na continuidade da frase, por pronomes. A única frase em que o pronome substituto não é um pronome relativo, como os demais, é:

- a) Tudo o que muda a vida vem quieto no escuro, sem preparos de avisar. (*Guimarães Rosa*)
- b) O único lugar onde o sucesso vem antes do trabalho é no dicionário. (*Stubby Currence*)
- c) Quem engana sempre vai encontrar alguém por quem se deixará enganar. (*Maquiavel*)
- d) Das habilidades que o mundo sabe, essa ainda é a que faz melhor: dar voltas. (*José Saramago*)
- e) Nossos motivos mais débeis são aqueles de cuja natureza temos consciência. (*Oscar Wilde*)

5. Assinale a opção em que o elemento destacado possui função diferente dos demais.
- a) Ganhei aquele velho casaco de lã.
 - b) A criança chorava de medo do escuro.
 - c) As provas incriminaram o suspeito de fraude fiscal.
 - d) Todos comentavam de futebol na parada de ônibus.
 - e) Todas as manhãs varriamos o quintal de vassoura de palha.
6. Nas frases abaixo os sinais de pontuação foram substituídos por conectores.
- Assinale a frase em que isso foi feito de forma adequada.
- a) “A palavra é prata, o silêncio é ouro.” (Provérbio popular) / conquanto
 - b) “Eu não escrevo em português. Escrevo eu mesmo.” (Fernando Pessoa) / logo
 - c) “Viver é a coisa mais rara do mundo. A maioria das pessoas apenas existe.” (Oscar Wilde) / embora
 - d) “Minha vida é uma colcha de retalhos. Todos da mesma cor.” (Mario Quintana) / e
 - e) “A imaginação é mais importante que o conhecimento. O conhecimento é limitado.” (Albert Einstein) / ao passo que
7. Assinale a opção que mostra, corretamente, duas frases com tipos diferentes de voz passiva.
- a) Não se desespere com o futuro. / Você não seja desesperado com o futuro.
 - b) Os representantes da turma foram eleitos em votação aberta. / Elegeram os representantes da turma em votação aberta.
 - c) As obras de Beethoven ainda são ouvidas por gerações. / Por gerações, continuam sendo ouvidas as obras de Beethoven.
 - d) Compraram-se ontem várias lembranças para os visitantes. / Para os visitantes, ontem várias lembranças foram compradas.
 - e) Destruíram-se as vidraças dos prédios públicos no protesto. / Manifestantes destruíram as vidraças dos prédios públicos no protesto.
8. Assinale a opção que apresenta a frase que está rigorosamente de acordo com a norma culta da Língua Portuguesa.
- a) Os jesuítas realizavam sua missão evangelizadora por meio da catequização dos povos indígenas.
 - b) Aos professores do Brasil, hoje meu parabéns é dedicado especialmente para vocês.
 - c) O paciente relatou uma queda na libido após o início do tratamento prescrito.
 - d) Parques, ciclovias e praças tratam-se, pelo urbanista, de áreas de convívio essencial.
 - e) O professor não permitiu com que o aluno entregasse o trabalho em outro dia.
9. As frases abaixo mostram um nome próprio sublinhado. A frase em que esse nome próprio foi eficientemente identificado para o leitor é:
- a) Sou amigo de Platão, mas sou mais amigo da verdade. (Aristóteles)
 - b) Nunca se esqueça que tudo o que Hitler fez na Alemanha era legal. (Martin Luther King)
 - c) Até a legendária Atlântida / na noite em que o mar a engoliu / viu afogados gritar por seus escravos. (Bertolt Brecht)
 - d) Maquiavel, fingindo dar lições aos Príncipes, deu grandes lições ao povo. (Jean-Jacques Rousseau)
 - e) Herói nacional, o túmulo do marechal Floriano Peixoto foi transmutado na arca da aliança da rebeldia impenitente. (Euclides da Cunha)
10. Assinale a frase que se enquadra entre os textos injuntivos.
- a) Ser você mesmo exige coragem.
 - b) Quem procura, sempre acha.
 - c) Não busquemos ser servidos, mas servir.
 - d) Todos querem ser felizes aqui e agora.
 - e) Não só de conquistas a vida é feita.

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO*Eduardo Mocellin*

11. Um engenheiro do TCE SC está acompanhando a execução de um reservatório de água em uma obra pública. No primeiro mês, foi executado $\frac{1}{3}$ da obra. No segundo mês, foi executada a metade do que estava faltando para a obra ser concluída. No terceiro mês, foi executado $\frac{1}{9}$ da obra. A fração da obra que falta ser concluída é

- a) $\frac{1}{9}$.
- b) $\frac{1}{3}$.
- c) $\frac{2}{9}$.
- d) $\frac{1}{6}$.
- e) $\frac{1}{4}$.

12. O presidente do TCE SC determinou que, nos primeiros 100 dias de sua gestão, em caráter emergencial, fossem realizados plantões especiais nos serviços de atendimento ao público em todos os sábados e domingos daquele período. Se o primeiro dia desse mandato caiu em uma sexta-feira, o total de plantões especiais realizados no período de 100 dias foi igual a

- a) 26.
- b) 27.
- c) 28.
- d) 29.
- e) 30.

13. O valor mensal p de um contrato de prestação de serviços firmado pelo TCE SC deveria ser reajustado a cada mês com a taxa fixa de 3%, aplicada sobre o valor do mês imediatamente anterior. Um cálculo que pode ser utilizado para determinar a porcentagem total de reajuste (R) desse valor, após 12 meses desses reajustes, é

- a) $R = (1,3 \times 12 - 1) \times 100\%$.
- b) $R = (1,3^{12} - 1) \times 100\%$.

c) $R = (1,03 \times 12 - 1) \times 100\%$.

d) $R = (1,03^{12} - 1) \times 100\%$.

e) $R = (1,03^{11} - 1) \times 100\%$.

14. Bruno, auditor do TCE SC, realiza inspeções deslocando-se de carro. Em sua penúltima missão, percorreu 1 quilômetro a cada 90 segundos. Ele fez isso durante 12 minutos. Em sua última missão, Bruno acelerou e percorreu 1 quilômetro a cada 75 segundos. Ele fez isso também durante 12 minutos. A distância a mais, em metros, que Bruno percorreu na última missão, em relação à penúltima, é igual a

- a) 2.200.
- b) 1.850.
- c) 1.600.
- d) 1.420.
- e) 1.390.

15. O TCE SC implantou uma central com 3 servidores eletrônicos de monitoramento independentes, conectados a setores distintos. No momento de qualquer alerta crítico, os três servidores enviam notificações codificadas simultaneamente. A partir daí, um deles repete o envio da mensagem a cada 15 segundos, o outro a cada 25 segundos, e o terceiro, a cada 30 segundos. Caso ocorra qualquer alerta crítico, o menor intervalo de tempo decorrido entre envios simultâneos de mensagens pelos três servidores será igual a

- a) 3 min 15 s.
- b) 2 min 50 s.
- c) 2 min 30 s.
- d) 2 min 25 s.
- e) 1 min 50 s.

16. Mara, Roberta, Alice e Vivian, auditoras do TCE SC, receberam, cada uma, uma pasta de auditoria sobre um setor distinto da administração pública. Os setores eram Material, Recursos Humanos, Aquisições e Veículos, sendo que cada uma das quatro auditoras recebeu uma pasta cujo nome do setor não começava com a primeira letra do seu nome. Sabe-se que Alice recebeu a pasta de Recursos Humanos, e que nem Roberta nem Vivian receberam a pasta de Aquisições. Sendo assim, é correto afirmar que

- a) Vivian recebeu a pasta de Veículos.
- b) Vivian recebeu a pasta de Material.
- c) Roberta recebeu a pasta de Material.
- d) Mara recebeu a pasta de Veículos.
- e) Roberta recebeu a pasta de Recursos Humanos.

17. O setor de protocolo do TCE SC resolveu modernizar sua estrutura. Funcionando 18 horas por dia, os equipamentos antigos processavam 2.750 documentos por mês. Ao realizar a substituição de todos os equipamentos por novos sistemas mais modernos, percebeu-se que os novos equipamentos processam, em um mesmo intervalo de tempo, 120% dos documentos processados pelos antigos. Além disso, por conta do avanço tecnológico, os novos sistemas são mais resistentes, de modo que ficarão ligados 24 horas por dia. Após a atualização do parque tecnológico, o aumento do número de documentos processados mensalmente pelo setor foi de

- a) 1.650.
- b) 2.100.
- c) 2.900.
- d) 3.350.
- e) 4.400.

18. No sistema eletrônico de auditoria do TCE SC, cada relatório é codificado por uma sequência composta apenas pelos algarismos 3 ou 5. A sequência formada pelos códigos dos relatórios é

$((3, 5); (3, 3, 3); (5, 5); (3, 3, 5); \dots)$, em que cada termo é, por sua vez, uma sequência contendo apenas os números 3 ou 5. Dentro da lógica de formação da sequência, cada termo deve ter o menor número possível de elementos. Dessa forma, o número de elementos contidos no décimo oitavo termo é igual a

- a) 4.
- b) 6.
- c) 7.
- d) 8.
- e) 5.

19. Tatiana, Beatriz, Camila e Diana, servidoras do TCE SC, sentam-se em uma mesa hexagonal de uma sala de reuniões, com seis assentos dispostos um em cada vértice. Sabe-se que Camila se senta imediatamente à direita de Tatiana e em frente a Beatriz; e que Diana não se senta em frente a um lugar vazio. Dessa forma, é correto afirmar que, necessariamente,

- a) Beatriz se senta imediatamente ao lado de dois lugares vazios.
- b) Diana se senta imediatamente ao lado de Beatriz.
- c) Tatiana se senta em frente a Beatriz.
- d) Camila se senta imediatamente ao lado de dois lugares vazios.
- e) Camila está tão distante de Beatriz na mesa quanto está de Tatiana.

20. Em uma reunião entre auditores do TCE SC sobre experiência profissional, concluiu-se que: alguns servidores do setor A já atuaram no setor B; nenhum servidor do setor C já atuou no setor B. Considerando-se tais conclusões como verdadeiras, é necessariamente verdadeiro que

- a) algum servidor do setor C já atuou no setor A.
- b) algum servidor do setor A já atuou no setor C.
- c) nenhum servidor do setor A já atuou no setor C.
- d) algum servidor do setor A nunca atuou no setor C.
- e) todo servidor do setor B já atuou no setor A.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO*Rodrigo Bet*

21. No âmbito das ações de controle externo realizadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, determinado auditor analisou informações relacionadas à celebração de acordo de não persecução civil em ação de improbidade administrativa. À luz da Lei nº 8.429/1992 e da jurisprudência do STJ, assinale a alternativa correta.

- a) O acordo de não persecução civil somente pode ser celebrado antes do ajuizamento da ação de improbidade administrativa.
- b) A homologação judicial do acordo de não persecução civil é vedada após a sentença de mérito.
- c) O acordo de não persecução civil pode ser celebrado no curso da investigação, da ação ou da execução da sentença.
- d) O descumprimento do acordo impede a celebração de novo ajuste pelo prazo máximo de 2 anos.
- e) A celebração do acordo dispensa a reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida.

22. Durante auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, discutiu-se a responsabilização de determinado agente público por ato de improbidade administrativa. Considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, assinale a alternativa correta.

- a) As sanções por improbidade administrativa dependem da prévia aplicação de sanções penais.
- b) A absolvição criminal jamais produz efeitos sobre a ação de improbidade administrativa, em razão da independência das instâncias.
- c) O agente absolvido na esfera penal por insuficiência probatória não poderá responder por improbidade administrativa.
- d) A apresentação da declaração de bens somente é exigida na posse do cargo público.
- e) As sanções aplicadas em outras esferas poderão ser compensadas com aquelas impostas nos termos da Lei de Improbidade Administrativa.

23. Em auditoria conduzida pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, verificou-se que determinada pessoa jurídica pretendia celebrar acordo de leniência com fundamento na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção). Considerando os requisitos legais para celebração do acordo, assinale a alternativa correta.

- a) O acordo de leniência poderá ser celebrado ainda que a pessoa jurídica continue praticando a infração após a proposta do acordo.
- b) A pessoa jurídica interessada deve admitir sua participação no ilícito e cooperar plena e permanentemente com as investigações e o processo administrativo.
- c) A celebração do acordo exige autorização prévia do Poder Judiciário.
- d) A pessoa jurídica não precisa ser a primeira a manifestar interesse em cooperar para a apuração do ato ilícito.
- e) A cooperação da pessoa jurídica encerra-se com a assinatura do acordo de leniência.

24. No contexto das normas de conduta digital previstas no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, a Resolução TCE-SC nº 252/2024 dispõe sobre o uso de redes sociais durante o expediente. Com base nessa resolução, assinale a alternativa correta.

- a) O uso de redes sociais durante o expediente é integralmente proibido aos servidores do TCE-SC.
- b) O uso de redes sociais durante o expediente é permitido apenas para fins particulares e em horários de intervalo.
- c) O uso de redes sociais durante o expediente é permitido exclusivamente para fins relacionados ao interesse público, como contato técnico, consulta de conteúdo, resposta ao cidadão e melhoria institucional.
- d) A utilização de redes sociais durante o expediente depende de autorização judicial específica.
- e) O acesso a redes sociais durante o expediente é permitido livremente, desde que não haja divulgação de informações sigilosas.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO - LEIS 8.429 E 12.846

Antônio Daud

25. A empresa Tecnovia S.A., envolvida em cartel em licitações de obras públicas estaduais, procurou espontaneamente a Controladoria-Geral do Estado para colaborar com as investigações. A empresa confessou sua participação, identificou outros coautores e forneceu documentos que comprovavam o esquema. Após cumpridas as negociações, a CGE celebrou um acordo de leniência com a Tecnovia S.A. O advogado da empresa passou a orientar os clientes sobre os exatos benefícios obtidos com a celebração do acordo.

Sobre os efeitos do acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846/2013, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O acordo de leniência isenta a Tecnovia S.A. das sanções previstas na Lei nº 12.846/2013, inclusive a multa e o ressarcimento ao erário.
- b) O acordo isenta a empresa da publicação extraordinária da decisão condenatória e da proibição de receber incentivos públicos, mas não a exime da obrigação de reparar integralmente o dano.
- c) O acordo de leniência impede automaticamente o ajuizamento de ação de improbidade administrativa pelo Ministério Público em relação aos mesmos fatos.
- d) A celebração do acordo suspende a pretensão punitiva do Estado enquanto a empresa estiver em cumprimento, mas, após o cumprimento integral, as sanções voltam a ser exigíveis normalmente.
- e) O acordo de leniência somente pode ser firmado se a empresa ainda não for alvo de investigação formal ou processo administrativo em curso.

26. Fernanda, servidora pública estadual, utilizou-se do cargo para obter, em proveito próprio, o pagamento de consultoria fictícia por parte de empresa com a qual o Estado mantinha contrato. O esquema resultou em aumento patrimonial da servidora em R\$ 300.000,00. Condenada em ação de improbidade ajuizada pelo Ministério Público Estadual, tendo havido inclusive o trânsito em julgado, o juiz determinou a aplicação cumulativa de todas as sanções legalmente cabíveis para a modalidade de enriquecimento ilícito, na sua máxima extensão.

Com base na Lei nº 8.429/1992, na redação atual, assinale a alternativa que apresenta corretamente as sanções aplicáveis ao ato de enriquecimento ilícito (art. 9º).

- a) Perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente, ressarcimento integral do dano, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de 8 a 10 anos e pagamento de multa civil.
- b) Perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente, ressarcimento integral do dano se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos por 14 anos e pagamento de multa civil equivalente a R\$ 300 mil.
- c) Apenas ressarcimento integral do dano e suspensão dos direitos políticos de 14 anos, pois a perda da função pública depende de processo administrativo disciplinar autônomo.
- d) Perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente, ressarcimento integral do dano, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de 12 anos, e multa civil de R\$ 150 mil.
- e) Ressarcimento integral do dano, suspensão dos direitos políticos de 5 a 8 anos, pagamento de multa de até 3 vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

27. O prefeito de determinado município concedeu autorização administrativa para funcionamento de quiosque em praça pública ao comerciante João, por meio de ato praticado por autoridade municipal que, posteriormente, verificou-se não ser a competente para a concessão desse tipo de autorização.

Constatou-se, entretanto, que o vício era sanável, que o ato atendia ao interesse público e que não houve prejuízo a terceiros. Diante dessa situação, a Administração decidiu regularizar o ato, preservando seus efeitos.

Considerando o instituto da convalidação dos atos administrativos, assinale a opção **correta**.

- a) A Administração deve revogar o ato por motivo de ilegalidade, produzindo efeitos retroativos, pois todo vício impede a manutenção dos efeitos do ato.
- b) A Administração deve anular o ato, uma vez que qualquer vício, ainda que sanável, impede a correção do ato administrativo.
- c) A Administração pode convalidar o ato, sanando o vício de competência e mantendo seus efeitos jurídicos, desde que não haja prejuízo ao interesse público nem a terceiros.
- d) A convalidação somente pode ocorrer mediante decisão judicial, sendo vedada a atuação direta da Administração para corrigir seus próprios atos.
- e) A convalidação é vedada quando o vício recair sobre a competência, ainda que não se trate de competência exclusiva.

28. No âmbito da Secretaria de Administração de determinado Estado, o diretor do departamento de pessoal, preocupado com falhas recorrentes no controle de frequência dos servidores, determinou que o servidor João passasse a executar tarefas específicas relacionadas à conferência de registros eletrônicos.

Após sucessivos erros no desempenho dessas atividades, o diretor decidiu avocar temporariamente a competência atribuída a João, assumindo pessoalmente a responsabilidade pelo setor até que as falhas fossem sanadas e o serviço reorganizado.

Considerando a situação descrita e os poderes administrativos, assinale a opção **correta**.

- a) A conduta do diretor caracteriza exercício do poder disciplinar, pois houve substituição de servidor em razão de falhas no desempenho funcional, o que implica aplicação indireta de penalidade administrativa.
- b) A avocação realizada pelo diretor é manifestação do poder hierárquico, que permite ao superior assumir, de forma excepcional e motivada, atribuições inicialmente conferidas a subordinado.
- c) A avocação de competências é manifestação do poder regulamentar, pois envolve a edição de ato administrativo destinado a reorganizar a estrutura interna da Administração.
- d) A medida adotada caracteriza exercício do poder de polícia, por envolver imposição de restrições ao servidor em benefício do interesse coletivo.
- e) A avocação de competências é vedada no âmbito da Administração Pública, pois cada agente deve exercer exclusivamente as atribuições definidas em lei, sem possibilidade de interferência do superior hierárquico.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

29. A Constituição Federal de 1988 prevê que a população brasileira em situação de vulnerabilidade social possui direito à renda básica familiar, a ser assegurada pelo Estado mediante programa permanente de transferência de renda, cuja regulamentação dependerá de lei específica e deverá respeitar as regras fiscais e orçamentárias.

Considerando essa previsão constitucional, assinale a alternativa que indica corretamente a classificação da eficácia da norma constitucional mencionada.

- a) contida e de aplicabilidade imediata.
- b) limitada e de princípio programático.
- c) plena.
- d) contida.
- e) limitada e de princípio institutivo.

30. Considere as hipóteses apresentadas a seguir:

- I – Helena, brasileira nata, solicitou a aquisição da nacionalidade portuguesa.
- II – Camila, brasileira naturalizada e canadense, manifestou expressamente o desejo de perder a nacionalidade brasileira.
- III – João, brasileiro nato, adquiriu outra nacionalidade em razão de naturalização voluntária.
- IV – Renata, brasileira naturalizada, teve cancelada sua naturalização por decisão judicial em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.

À luz das disposições da Constituição Federal de 1988 e considerando exclusivamente as informações apresentadas, é correto afirmar que perderão a nacionalidade brasileira as pessoas mencionadas nas assertivas:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) II e III.
- e) I e IV.

DIREITO FINANCEIRO*Gabriela Zavadinack*

31. No âmbito do Estado Democrático de Direito, a atividade financeira estatal não se limita à arrecadação de receitas, mas compreende um conjunto de atos normativamente disciplinados que envolvem a obtenção, a gestão, a aplicação e o controle dos recursos públicos. Nesse contexto, a Constituição Federal estruturou um sistema integrado de planejamento e execução orçamentária, formado por instrumentos que possuem funções distintas, mas complementares.

À luz da disciplina constitucional do orçamento público, assinale a afirmativa correta.

- a) A Lei Orçamentária Anual tem natureza exclusivamente autorizativa e pode instituir, de forma autônoma, programas governamentais de duração continuada, dispensada sua compatibilidade com o Plano Plurianual.
- b) A administração tem o dever de executar as programações orçamentárias, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade, subordinando-se tal dever, entretanto, ao cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que estabeleçam metas fiscais ou limites de despesas.
- c) A Lei de Diretrizes Orçamentárias tem por finalidade estimar receitas e fixar despesas para o exercício financeiro subsequente, razão pela qual não interfere na elaboração da Lei Orçamentária Anual.
- d) A Constituição Federal prevê apenas dois instrumentos de planejamento orçamentário: o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual, sendo a Lei de Diretrizes Orçamentárias criação infraconstitucional da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- e) O direito financeiro tem por objeto apenas a disciplina jurídica da receita pública tributária, ficando a despesa pública e o orçamento sob a competência exclusiva do direito administrativo.

32. Determinado Estado da Federação, ao elaborar seu balanço anual, identificou a existência de obrigações decorrentes de operações de crédito com prazo superior a doze meses, restos a pagar processados, serviços da dívida a pagar, depósitos de terceiros e débitos de tesouraria. Ao classificar tais obrigações, o órgão técnico responsável sustentou que todos esses passivos deveriam ser tratados indistintamente como dívida fundada, por representarem obrigações exigíveis do ente público.

Considerando a disciplina jurídico-financeira da dívida pública, assinale a afirmativa correta.

- a) A dívida fundada compreende apenas os restos a pagar e os serviços da dívida a pagar, pois são obrigações já reconhecidas contabilmente pelo ente público.
- b) A dívida fluante corresponde aos compromissos exigíveis com prazo superior a doze meses, contraídos para atender a desequilíbrios estruturais de financiamento.
- c) As operações de crédito de prazo superior a doze meses integram, em regra, a dívida fundada ou consolidada, ao passo que restos a pagar, serviços da dívida a pagar, depósitos e débitos de tesouraria compõem a dívida fluante.
- d) A distinção entre dívida fundada e dívida fluante foi abandonada pela Lei nº 4.320/1964, permanecendo apenas para fins doutrinários, sem efeitos jurídicos ou contábeis.
- e) A assunção direta de compromisso com fornecedor de bens mediante emissão, aceite ou aval de título de crédito é equiparada à operação de crédito e permitida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

INFORMÁTICA*Renato da Costa*

33. Ao utilizar o Windows 10/11, um usuário deseja acessar rapidamente o recurso de conexão/projeção sem fio e, em seguida, minimizar todas as janelas abertas, podendo restaurá-las pelo mesmo atalho caso mude de ideia. Os atalhos corretos são, respectivamente:

- a) Windows + P e Windows + D
- b) Windows + K e Windows + M
- c) Windows + K e Windows + D
- d) Windows + I e Windows + M
- e) Windows + P e Windows + Shift + M

34. No Microsoft Word, ao utilizar caracteres curinga no recurso “Localizar e Substituir”, assinale a alternativa que apresenta uma palavra que poderia ser localizada pela pesquisa por:

M?i?o

- a) Muito
- b) Maio
- c) Meio
- d) Mico
- e) Mato

35. Em uma planilha do Microsoft Excel, ao processar uma fórmula, o programa segue uma ordem de precedência entre os operadores. Considerando essa ordem, assinale a alternativa correta.

- a) Adição/subtração, multiplicação/divisão, exponenciação, porcentagem e operadores de referência.
- b) Multiplicação/divisão, adição/subtração, operadores de referência, porcentagem e exponenciação.
- c) Operadores de referência, negação, porcentagem, exponenciação, multiplicação/divisão e adição/subtração.
- d) Exponenciação, porcentagem, negação, adição/subtração e multiplicação/divisão.

e) Parênteses, adição/subtração, multiplicação/divisão, exponenciação e operadores de referência.

36. Sobre a função PROCX, também conhecida como XLOOKUP, no Microsoft Excel, assinale a alternativa correta.

- a) A função PROCX possui apenas quatro argumentos obrigatórios, sendo idêntica ao PROCV em sua estrutura lógica.
- b) O argumento matriz_de_retorno é opcional e, se omitido, o Excel retorna o valor da matriz_de_pesquisa.
- c) A função pode pesquisar em diferentes direções, inclusive de cima para baixo ou de baixo para cima, e a correspondência exata é o padrão quando o modo de correspondência não é informado.
- d) A sintaxe da função exige obrigatoriamente seis argumentos, todos indispensáveis para a busca.
- e) O erro #N/D no PROCX não pode ser personalizado dentro da própria função.

ANÁLISE DE DADOS*Emannuelle Gouveia*

37. Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma relação entre tipos de dados e boas práticas em iniciativas de dados abertos.

- a) Dados estruturados dispensam documentação e padronização, pois já possuem organização tabular.
- b) Dados semiestruturados, como JSON e XML, podem facilitar interoperabilidade entre sistemas distintos.
- c) Dados não estruturados somente podem ser armazenados em bancos relacionais.
- d) O uso de formatos legíveis por máquina reduz a transparência das informações públicas.
- e) Dados abertos devem ser disponibilizados preferencialmente em formatos proprietários e fechados.

38. Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma aplicação de técnicas analíticas em auditoria contínua e detecção de fraudes.

- a) A identificação de transações fora do comportamento esperado pode ser realizada por técnicas de detecção de outliers.
- b) A análise de redes é utilizada exclusivamente para aumentar desempenho de consultas em bancos relacionais.
- c) Indicadores de risco (red flags) eliminam a necessidade de monitoramento contínuo das operações.
- d) O monitoramento em tempo real impede a ocorrência de eventos suspeitos em sistemas corporativos.
- e) A análise de risco baseada em dados dispensa o uso de critérios estatísticos e históricos operacionais.

39. Assinale a alternativa correta acerca dos mecanismos utilizados em governança de dados.

- a) O glossário de negócios é utilizado exclusivamente para armazenar registros físicos de tabelas em bancos de dados.
- b) O dicionário de dados possui como principal finalidade monitorar tráfego de rede em ambientes distribuídos.
- c) Data lineage elimina a necessidade de controle de qualidade dos dados ao longo dos processos de integração.
- d) Metadados não devem ser utilizados em catálogos de dados, pois comprometem desempenho analítico.
- e) O data lineage permite rastrear a origem, transformações e movimentações dos dados ao longo dos sistemas.

40. Considere a tabela FUNCIONARIOS, que possui as colunas ID_FUNC, NOME, DEPARTAMENTO e SALARIO. Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma consulta SQL capaz de retornar o maior salário de cada departamento.

- a) `SELECT DEPARTAMENTO, MAX(SALARIO) FROM FUNCIONARIOS;`
- b) `SELECT MAX(SALARIO), DEPARTAMENTO FROM FUNCIONARIOS ORDER BY DEPARTAMENTO;`
- c) `SELECT DEPARTAMENTO, MAX(SALARIO) FROM FUNCIONARIOS GROUP BY DEPARTAMENTO;`
- d) `SELECT DEPARTAMENTO, SALARIO FROM FUNCIONARIOS GROUP BY MAX(SALARIO);`
- e) `SELECT GROUP BY DEPARTAMENTO, MAX(SALARIO) FROM FUNCIONARIOS;`

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

AUDITORIA GOVERNAMENTAL, COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCO E GESTÃO DE RISCO

Guilherme Sant'Anna

41. No âmbito da auditoria governamental, assinale a afirmativa correta a respeito dos elementos básicos da auditoria no setor público.

- a) O objeto da auditoria corresponde ao relatório final produzido pela equipe, pois é nele que se materializa a avaliação segundo critérios.
- b) Os critérios de auditoria consistem nas conclusões formuladas ao término dos exames, servindo para justificar o juízo profissional do auditor.
- c) Nas auditorias do setor público, os elementos básicos variam conforme o tipo de trabalho, razão pela qual não se pode falar em estrutura comum mínima aplicável às auditorias financeira, operacional e de conformidade.
- d) O objeto da auditoria pode consistir em informação, condição ou atividade que seja mensurada ou avaliada de acordo com determinados critérios.
- e) Os usuários previstos se confundem com a parte responsável, pois ambos exercem, no mesmo plano, a função de prestar contas sobre o objeto examinado.

42. Em relação aos instrumentos de fiscalização utilizados pelos tribunais de contas, assinale a afirmativa correta.

- a) O monitoramento destina-se, primordialmente, à coleta inicial de informações sobre órgãos, programas e atividades, para subsidiar futura proposição de ações de controle.
- b) O levantamento é instrumento apropriado para verificar o cumprimento de deliberações anteriormente proferidas e a implementação de determinações e recomendações.
- c) O acompanhamento é o instrumento vocacionado a examinar, ao longo de determinado período, a legalidade, a legitimidade e o desempenho de atos de gestão à medida que são praticados.
- d) A inspeção tem por característica essencial ser utilizada para validar matrizes de responsabilização já concluídas.
- e) A auditoria, diferentemente dos demais instrumentos, não pode ser utilizada para avaliação de desempenho, limitando-se ao controle estrito de legalidade.

43. Na elaboração da matriz de planejamento de uma auditoria governamental, assinale a afirmativa correta.

- a) A matriz de planejamento deve registrar, desde logo, os achados consolidados, as causas apuradas e as propostas de encaminhamento, a fim de orientar a coleta confirmatória de evidências.
- b) A indicação dos procedimentos de auditoria e das informações ou dados necessários à resposta das questões de auditoria íntegra, em regra, a matriz de planejamento.
- c) A matriz de planejamento é elaborada ao término da execução, para sintetizar a coerência entre evidências, achados e responsabilização.
- d) A situação encontrada deve compor a matriz de planejamento, pois constitui pressuposto lógico para a definição dos critérios.
- e) A matriz de planejamento não se compatibiliza com auditorias operacionais, sendo instrumento próprio de auditorias de conformidade.

44. Quanto ao risco de auditoria no setor público, assinale a afirmativa correta.

- a) O risco de auditoria corresponde exclusivamente ao risco de detecção, uma vez que os riscos inerente e de controle pertencem à esfera de responsabilidade do gestor.
- b) Em trabalhos de asseguuração limitada, o risco de auditoria deve ser eliminado, visto que a conclusão emitida é menos robusta do que na asseguuração razoável.
- c) O risco inerente relaciona-se à suscetibilidade de ocorrência de distorção, desconformidade ou desvio relevante antes da consideração de controles existentes.
- d) O risco de controle refere-se à possibilidade de o auditor selecionar procedimentos inadequados na fase de execução.
- e) O risco de auditoria somente é aplicável à auditoria financeira, não sendo conceito tecnicamente aproveitável na auditoria de conformidade ou operacional.

45. Em uma auditoria de conformidade, a equipe pretende obter evidência independente acerca dos saldos informados por bancos operadores, fornecedores e beneficiários de determinado programa público. Nesse caso, a técnica mais apropriada é a:

- a) observação.
- b) circularização.
- c) revisão analítica.
- d) inspeção física.
- e) entrevista.

46. Sobre as evidências de auditoria, assinale a afirmativa correta.

- a) A suficiência refere-se à medida da quantidade de evidência, enquanto a adequação se relaciona à sua qualidade, especialmente relevância e confiabilidade.
- b) A adequação da evidência é definida exclusivamente pela sua origem externa, sendo irrelevante a conexão lógica com o objetivo do procedimento aplicado.
- c) A quantidade de evidência obtida dispensa a avaliação de sua confiabilidade, desde que os papéis de trabalho demonstrem ampla cobertura amostral.
- d) A evidência testemunhal, por decorrer de declarações formais, prevalece necessariamente sobre a documental e sobre a observação direta do auditor.
- e) A suficiência da evidência torna dispensável o julgamento profissional, pois a conclusão decorre automaticamente do volume de informações reunidas.

47. No que se refere aos achados de auditoria e às “famosas” matrizes, assinale a afirmativa correta.

- a) A matriz de responsabilização tem por finalidade principal organizar questões, critérios, procedimentos e fontes de evidência antes do início da execução.
- b) O critério representa a situação encontrada pelo auditor, ao passo que a condição expressa o padrão normativo ou referencial adotado para comparação.
- c) A matriz de achados é instrumento típico do planejamento, voltado à escolha preliminar dos objetos a serem fiscalizados segundo risco e materialidade.
- d) Em regra, os elementos do achado incluem situação encontrada, critério, causa e efeito, aos quais se podem agregar evidências e propostas de encaminhamento.
- e) A caracterização do achado prescinde da definição do critério, desde que haja percepção técnica do auditor acerca da impropriedade verificada.

48. Sobre governança, transparência, accountability e compliance aplicados ao setor público, assinale a afirmativa correta.

- a) Accountability se esgota na obrigação de publicar dados e relatórios, sendo desnecessária a existência de mecanismos de responsabilização.
- b) Governança e governabilidade são conceitos sinônimos, razão pela qual a distinção entre capacidade política e arranjos de direção, monitoramento e controle é irrelevante.
- c) O compliance público se limita à observância de normas legais, não abrangendo integridade, prevenção, detecção e resposta a desvios.
- d) A transparência, por si só, substitui os mecanismos de controle interno e de auditoria, já que a publicidade dos atos elimina o risco de irregularidades.
- e) A auditoria governamental contribui para a accountability ao fornecer avaliações independentes que podem ampliar transparência, aprendizado institucional e responsabilização.

GOVERNANÇA

Stefan Fantini

49. Indique a alternativa que traz a correta diferenciação entre Gestão Pública e Governança Pública.

- a) A governança pública é responsável por planejar, executar e controlar.
- b) A gestão pública envolve avaliar, dirigir e monitorar.
- c) Gestão e governança são funções iguais no setor público, portanto, não apresentam diferenças.
- d) A gestão pública foca em economicidade e efetividade.
- e) A governança pública tem função direcionadora e a gestão pública tem função realizadora.

50. O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, ao fiscalizar determinada entidade jurisdicionada, identificou oportunidades de melhoria e expediu recomendações voltadas ao aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos e da execução orçamentária. Essa forma de atuação caracteriza a chamada:

- a) Accountability fiscal
- b) Accountability horizontal
- c) Accountability social
- d) Accountability vertical
- e) Accountability participativa

CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Herbert Almeida

51. O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE SC) exerce competência consultiva por meio da resposta a consultas formuladas por autoridades. Sobre o processamento e a natureza desta ferramenta, é correto afirmar:

- a) A resposta à consulta, exarada por no mínimo dois terços dos membros do TCE, constitui prejuízo da tese, mas não de fato ou de caso concreto.
- b) A formulação de consulta é aberta a todo e qualquer cidadão que deseje dirimir dúvidas sobre a aplicação de leis financeiras.
- c) A consulta somente terá prosseguimento quando atender a todos os requisitos de admissibilidade.
- d) Quando encaminhar a consulta, o consulente deve se abster de requisitar parecer de sua assessoria técnica ou jurídica, quando existente, para evitar contradições com a resposta do Tribunal.
- e) Os responsáveis pelo sistema de controle interno não podem formular consulta ao TCE, em razão do caráter fiscalizatório da sua atuação.

52. Sobre o processo de eleição do Presidente, Vice-Presidente e Corregedor-Geral, o Regimento Interno do TCE SC traz regras bem definidas. Marque a alternativa que indica corretamente as características da eleição no TCE.

- a) A eleição ocorre em sessão ordinária na primeira quinzena de fevereiro de cada ano.
- b) A eleição será realizada em sessão extraordinária na segunda quinzena de setembro, para mandato de dois anos, permitida a reeleição por um período de igual duração.
- c) A eleição deve ser realizada imediatamente após a posse de qualquer novo conselheiro, para que o Corpo Diretivo siga a vontade da maioria dos membros.
- d) A eleição deverá ocorrer em sessão especial convocada pelo Governador do Estado no mês de março.
- e) A eleição ocorre em sessão extraordinária, exigindo-se a presença mínima de cinco conselheiros, inclusive o que presidir o ato, com participação e voto dos auditores e membros do Ministério Público de Contas.

53. Conforme as normas aplicáveis, as decisões proferidas pelo Tribunal de Contas em um processo de prestação ou de tomada de contas podem ser classificadas em preliminares, definitivas ou terminativas. Caracteriza-se a decisão preliminar quando o Tribunal:

- a) Ordenar o trancamento das contas consideradas ilíquidas devido a caso fortuito.
- b) Julgar as contas regulares com ressalva mediante a constatação de pequenas falhas formais.
- c) Determinar o arquivamento do processo por critérios de racionalização administrativa.
- d) Condenar o responsável ao pagamento do débito apurado, julgando as contas irregulares.
- e) Sobrestar o julgamento, ordenar a citação dos responsáveis ou determinar outras diligências.

54. A representação é um procedimento muito semelhante à denúncia, diferindo essencialmente em sua origem. Sobre a representação, assinale a alternativa correta.

- a) Qualquer cidadão no pleno gozo de seus direitos políticos pode autuar formalmente uma representação.
- b) Serão autuados como representação os requerimentos recebidos com fundamento na nova Lei de Licitações, oriundos de licitantes ou contratados.
- c) Diferentemente da denúncia, não é exigido que a representação verse sobre matéria de competência do Tribunal de Contas.
- d) Caso a representação seja formulada por um Conselheiro, ela deverá passar pelo mesmo exame prévio de admissibilidade de uma denúncia comum.
- e) Os responsáveis por órgãos de controle interno estadual não possuem legitimidade para formular representação ao Tribunal.

55. Acerca dos recursos cabíveis em face das deliberações do Tribunal, é correto afirmar que:

- a) Todo parecer prévio emitido na apreciação das contas dos prefeitos municípios admite impugnação unicamente via recurso de reconsideração.
- b) Recursos processados e interpostos para questionar as decisões do Tribunal gozam de efeito suspensivo genérico obrigatório, aplicável até a decisão do colegiado sobre o ponto impugnado.
- c) O Relator não poderá conhecer recurso interposto fora do prazo, ainda que se trate de pedido de correção de inexatidões materiais.
- d) De acórdão proferido em processos de prestação ou tomada de contas, inclusive tomada de contas especial, cabe somente recurso de reconsideração.
- e) Se surgirem fatos novos supervenientes que comprovem que os atos praticados pelo recorrente não causaram, efetivamente, quaisquer prejuízos

ao erário, será possível conhecer de recursos interpostos fora do prazo.

56. Zelda é servidora do Tribunal de Contas do Estado Gama e foi designada pelo Tribunal para participar de um congresso com a participação de servidores de diversos tribunais de contas do Brasil. Em um dos eventos, ela acompanhou a palestra de Link, Auditor de Controle Externo do TCE do estado Alfa. Na apresentação de Link, constava uma explicação sobre a destinação dos recursos arrecadados com as multas proporcionais aos danos causados ao erário, em razão dos processos de contas realizados no âmbito dos municípios, e das multas simples, aplicadas em razão de irregularidades sem dano ao erário. Nesse caso, considerando que o TCE do estado Alfa é encarregado de fiscalizar os recursos estaduais e os recursos de todos os municípios do respectivo estado, constava corretamente na apresentação que:

- a) em qualquer hipótese, as multas deveriam ser recolhidas aos cofres do governo do Estado, uma vez que o Tribunal é órgão estadual.
- b) o valor do ressarcimento do dano ao erário, quando se tratar de recursos municipais, será recolhido aos cofres do Tesouro Municipal, mas o valor da multa proporcional ao dano deverá ser revertido para fundo próprio, para o custeio das atividades de fiscalização.
- c) a multa proporcional ao dano é considerada “valor acessório”, devendo ser recolhida para os mesmos cofres do valor do ressarcimento ao erário, ou seja, para os cofres do município, enquanto a multa simples será recolhida aos cofres do estado Alfa.
- d) ainda que a multa proporcional ao dano seja aplicada contra agente público municipal, o valor deverá ser recolhido ao Tesouro do Estado.
- e) o Estado e o município serão credores solidários do montante da multa proporcional ao dano, que poderá ser executada pela procuradoria de qualquer desses entes.

57. O Ministério Público especial que funciona junto aos Tribunais de Contas possui importante missão constitucional, mas guarda peculiaridades em comparação ao Ministério Público “comum”. Sobre o tema, pode-se afirmar que esse Ministério Público especial:

- a) não goza de capacidade processual, mas poderá apresentar mandado de segurança contra acórdão do Tribunal de Contas que compõe, caso a Corte não observe as prerrogativas processuais do *Parquet* de Contas.
- b) dada a sua autonomia, o Ministério Público de Contas poderá propor a ação de execução dos títulos executivos emitidos pela Corte de Contas.
- c) no âmbito dos estados-membros, é constitucional a exigência de lei complementar para regular a organização do Ministério Público especial de Contas.
- d) o Ministério Público especial de Contas encontra-se estritamente vinculado à estrutura da Corte de Contas e não detém autonomia jurídica e iniciativa legislativa para propor projetos de leis que definam sua estrutura organizacional.
- e) os membros do Ministério Público de Contas não gozam de prerrogativas próprias, como a independência funcional, em observância ao princípio da simetria.

58. Analise os itens subsequentes:

- I. Desde que previsto em lei, o Tribunal de Contas pode determinar que o controle interno realize auditorias, uma vez que é papel do sistema de controle interno apoiar o controle externo.
- II. O Tribunal de Contas da União pode exercer o controle de constitucionalidade de leis ou atos normativos do poder público, desde que o ato viole patentemente dispositivo da Constituição Federal ou seja contrário à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, sendo que a decisão do TCU terá eficácia *erga omnes*.
- III. Compete ao TCU apreciar a legalidade da concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, no prazo de até cinco anos, sob pena de concessão de registro tácito, contados da chegada do processo na Corte de Contas.

Está correto o que se afirma em

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) III, apenas.
- e) II, apenas.

59. Luigi é prefeito municipal e acabou de realizar a sua prestação de contas anual, relativamente aos seus atos de governo e de gestão. O processo foi encaminhado para o Tribunal de Contas do Estado – TCE e, após avaliação da Corte, as contas foram remetidas à Câmara Municipal. Paralelamente, Luigi foi notificado acerca da instauração de procedimento de tomada de contas especial que tramitava no âmbito do Tribunal de Contas da União – TCU, versando sobre irregularidades na aplicação de recursos públicos federais repassados ao município em que Luigi era prefeito por meio de convênio interfederativo de repasse de verbas. A tomada de contas especial foi julgada pelo TCU, com aplicação de sanções a Luigi, sendo que tais contas não passaram pelo crivo do legislativo municipal.

Considerando as situações hipotéticas acima, marque a alternativa correta, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – STF. Considere que o TCE é o órgão técnico que presta o auxílio às câmaras municipais no controle externo municipal.

- a) As contas anuais de governo e de gestão do prefeito deveriam ser julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado, cabendo à Câmara Municipal alterar o julgamento mediante dois terços de seus membros.
- b) O TCU poderia condenar o prefeito municipal na tomada de contas especial, mas subsiste a prerrogativa do Legislativo de alterar o julgamento por meio de dois terços dos seus membros. Por outro lado, as contas de governo e de gestão são julgadas pelo Legislativo, que deverá seguir o parecer vinculante da Corte de Contas estadual.
- c) As contas de governo, de gestão e de convênios interfederativos de repasse de verbas públicas são julgadas pelo Poder Legislativo, mediante quórum de dois terços dos seus membros, cabendo aos tribunais de contas apenas a emissão dos pareceres prévios.
- d) Caso as contas de governo e de gestão não sejam julgadas pelo Legislativo no prazo constitucional,

deverá prevalecer o parecer prévio do Tribunal de Contas, por meio do julgamento ficto das contas municipais.

- e) O TCU poderia condenar o prefeito municipal na tomada de contas especial, sem que haja posterior análise pelo Poder Legislativo; o TCE tem competência para julgar as contas de gestão dos prefeitos que atuam como ordenadores de despesas, podendo aplicar sanções fora da esfera eleitoral, sem que o Legislativo possa alterar a decisão do Tribunal; por fim, as contas de governo são julgadas pela Câmara Municipal, sendo imprescindível o quórum de dois terços para contrariar o parecer prévio da Corte de Contas.

60. Sobre o regime de indisponibilidade de bens previsto na Lei 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa, é correto afirmar que:

- a) A urgência para a decretação da medida de indisponibilidade de bens é presumida sempre que houver indícios de enriquecimento ilícito.
- b) A indisponibilidade poderá recair sobre o bem de família do réu em qualquer hipótese de condenação por prejuízo ao erário ou por atos que atentam contra os princípios da administração.
- c) É vedada a decretação de indisponibilidade da quantia de até 40 (quarenta) salários mínimos depositados em caderneta de poupança ou conta-corrente.
- d) Havendo corrêus na ação, a constrição deve corresponder ao débito total em relação a cada um dos envolvidos, de forma individualizada, vedada a solidariedade.
- e) O pedido de indisponibilidade de bens apenas pode ser formulado após a oitiva prévia do réu no prazo de 15 dias úteis.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO TCE SC*Giulian Salvador*

61. No curso de processo de prestação de contas instaurado perante o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, verificou-se a existência de dano ao erário decorrente de ato de gestão antieconômico, além de omissão parcial na remessa de documentos obrigatórios. Considerando as disposições da Lei Complementar Estadual nº 202/2000 acerca das decisões em processos de contas, tomada de contas especial, revelia e responsabilização, analise os itens a seguir:

I – A decisão preliminar é aquela pela qual o Tribunal julga as contas iliquidáveis e determina o arquivamento definitivo do processo.

II – O responsável que não acudir à citação será considerado revel para todos os efeitos, prosseguindo-se normalmente o processo.

III – As contas serão julgadas regulares com ressalva quando houver dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico injustificado, desde que haja posterior recolhimento do débito.

IV – A autoridade administrativa competente deverá imediatamente adotar providências para instauração de tomada de contas especial quando caracterizada prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte prejuízo ao erário.

V – A decisão definitiva é aquela pela qual o Tribunal resolve sobrestar o julgamento ou determinar diligências necessárias ao saneamento do processo.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas os itens I, III e V estão corretos.
- b) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
- c) Apenas os itens I e IV estão corretos.
- d) Apenas os itens II e IV estão corretos.
- e) Apenas os itens II e V estão corretos.

62. Sobre o regime jurídico do controle externo previsto na Lei Complementar Estadual nº 202/2000, assinale a alternativa incorreta:

- a) O Tribunal de Contas poderá determinar o desconto integral ou parcelado da dívida nos vencimentos, salários ou proventos do responsável, observados os limites previstos na legislação pertinente.
- b) O Recurso de Reconsideração é cabível contra decisão em processo de fiscalização de atos e contratos e de apreciação de atos sujeitos a registro, possuindo efeito suspensivo automático.
- c) O Tribunal poderá aplicar multa diária por descumprimento de suas decisões definitivas, preliminares ou cautelares.
- d) A denúncia formulada perante o Tribunal deve estar acompanhada de indício de prova e conter qualificação e endereço do denunciante.
- e) O parecer prévio emitido sobre contas prestadas pelo Prefeito poderá deixar de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

63. A Resolução N. TC-254/2024 estabelece conceitos técnicos relacionados às práticas de assédio, discriminação e proteção da saúde no ambiente de trabalho institucional. Considerando as definições constantes da resolução, analise os itens a seguir:

- I – Assédio moral caracteriza-se por comportamentos repetitivos e duradouros dirigidos a alvos específicos, com intenção de prejudicar, anular ou excluir a vítima.
- II – Agressões pontuais consistem em atos hostis reiterados e permanentes destinados à exclusão institucional da vítima, independentemente de intenção específica.
- III – Cooperação horizontal, vertical e transversal correspondem, respectivamente, à cooperação entre superiores hierárquicos, entre órgãos externos e entre membros da mesma equipe funcional.
- IV – Assédio moral organizacional consiste em processo contínuo de condutas abusivas ou hostis, amparado por estratégias organizacionais ou métodos gerenciais voltados ao engajamento intensivo ou exclusão de pessoas da instituição.
- V – Transversalidade refere-se exclusivamente à atuação conjunta entre diferentes órgãos administrativos para apuração disciplinar de casos de assédio e discriminação.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- b) Apenas os itens II e IV estão corretos.
- c) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- d) Apenas os itens I e IV estão corretos.
- e) Apenas os itens II e III estão corretos.

64. A Resolução N. TC-252/2024 estabelece princípios, deveres, vedações e regras relacionadas à atuação ética dos servidores do TCE/SC, inclusive quanto ao uso de redes sociais, conflito de interesses e atuação funcional. Considerando as disposições da resolução, assinale a alternativa correta:

- a) O servidor deve exercer a liberdade de expressão nas redes sociais com responsabilidade, evitando tratar de temas sensíveis envolvendo o Tribunal que possam gerar dúvidas sobre a integridade institucional ou comprometer a imagem da Corte de Contas.
- b) O servidor poderá divulgar informações sigilosas obtidas no exercício do cargo, desde que o faça em ambiente privado ou mediante utilização de pseudônimo em redes sociais.
- c) A Comissão de Ética possui competência para aplicar diretamente penalidades disciplinares estatutárias de suspensão e destituição de cargo em comissão.
- d) O recebimento de brindes distribuídos por entidades jurisdicionadas ao TCE/SC será vedado apenas quando ultrapassarem o equivalente a 1 piso de referência vencimental do Tribunal.
- e) O servidor poderá manifestar-se oficialmente em nome do Tribunal sempre que ocupar cargo efetivo de nível superior ou função de confiança vinculada à Administração Superior.

- 65.** A Resolução N. TC-302/2026 regulamenta os mecanismos de controle disciplinar, os procedimentos consensuais e os instrumentos de apuração administrativa aplicáveis aos servidores do TCE/SC. Considerando as disposições da resolução, assinale a alternativa correta:
- a) A sindicância acusatória constitui instrumento destinado à apuração de infração disciplinar cuja penalidade cabível seja, no máximo, suspensão de até trinta dias, sendo instaurada por portaria do Corregedor-Geral e submetida, no que couber, ao rito do processo administrativo disciplinar.
 - b) A investigação preliminar sumária possui natureza punitiva e sancionatória, admitindo aplicação direta de penalidade de repreensão pelo Corregedor-Geral quando houver prova documental suficiente.
 - c) O termo de ajustamento de conduta constitui direito subjetivo do servidor sempre que a infração imputada for de baixo potencial ofensivo e não houver dano ao erário.
 - d) A sindicância investigativa interrompe automaticamente a prescrição disciplinar desde a publicação da portaria instauradora, ainda que não haja identificação do investigado.
 - e) A mediação disciplinar somente poderá ser instaurada após a formalização de processo administrativo disciplinar e dependerá de reconhecimento expresso de culpa pelo servidor investigado.
- 66.** Determinado servidor do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, ao estudar a estrutura organizacional prevista na Resolução N. TC-149/2019, verificou que algumas atribuições são comuns a todos os Órgãos Auxiliares, enquanto outras constituem competências específicas dos órgãos vinculados ao Gabinete da Presidência. Considerando essa distinção normativa, assinale a alternativa que apresenta competência específica do Gabinete da Presidência:
- a) Planejar, organizar, dirigir e controlar as suas atividades.
 - b) Propor, desenvolver, estimular e consolidar as relações administrativas e institucionais do Tribunal de Contas com os Poderes e demais Órgãos do Estado e das demais esferas de Poder.
 - c) Providenciar o registro nos sistemas informatizados do recebimento, da movimentação e da alteração de documentos ou processos que tramitam na unidade.
 - d) Manter controle atualizado sobre os processos lotados na unidade, priorizando a instrução, utilizando-se dos critérios de urgência, relevância e antiguidade.
 - e) Padronizar a estrutura e simplificar a linguagem dos seus relatórios técnicos.
- 67.** A Resolução N. TC-252/2024 instituiu normas éticas aplicáveis aos servidores do TCE/SC, disciplinando deveres, vedações, conflitos de interesse, uso de redes sociais e processo ético. Considerando as disposições da referida resolução, assinale a alternativa correta:
- a) O servidor poderá utilizar sistemas e canais de comunicação do Tribunal para divulgação político-partidária, desde que fora do horário de expediente e sem identificação funcional.
 - b) A Comissão de Ética possui natureza exclusivamente disciplinar e sancionatória, competindo-lhe aplicar diretamente as penalidades administrativas previstas no estatuto funcional.
 - c) O servidor que publicar artigo de opinião em veículo de imprensa sobre tema relacionado ao Tribunal deverá deixar claro que suas opiniões não representam posicionamento institucional.
 - d) O processo de conduta ética poderá ser instaurado verbalmente, independentemente de representação fundamentada ou documentação comprobatória, em razão do princípio da informalidade administrativa.
 - e) A censura ética aplicada ao servidor permanecerá registrada em seus assentamentos funcionais de forma permanente, vedada sua exclusão após o decurso do tempo.

- 68.** Acerca do regime jurídico previsto na Lei nº 6.745/1985 (Estatuto dos Servidores do Estado de SC), assinale a alternativa incorreta:
- a) A posse deverá ocorrer no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de nomeação no Diário Oficial, admitindo-se prorrogação por mais trinta dias a requerimento do interessado.
 - b) O regime ordinário de trabalho do servidor estadual, quando omissa a especificação do cargo, corresponde a quarenta horas semanais, observada regulamentação específica.
 - c) O serviço extraordinário não se submete à limitação semanal de carga horária, mas não poderá ultrapassar cento e vinte horas semestrais.
 - d) Ao servidor ocupante de cargo efetivo e estável poderá ser concedida licença para tratamento de interesses particulares pelo prazo de até três anos, renovável uma vez por igual período.
 - e) Será concedida ajuda de custo ao servidor removido a pedido, ainda que sem recomendação médica, desde que a mudança implique alteração permanente de domicílio.
- 69.** À luz das definições previstas na Lei Complementar nº 255/2004, assinale a alternativa correta:
- a) Cargo isolado é o cargo de provimento efetivo, devidamente provido, existente no quadro de pessoal do Tribunal de Contas, em extinção.
 - b) Função de confiança é o cargo ocupado exclusivamente por servidor efetivo para o exercício permanente de atribuições técnicas de fiscalização externa.
 - c) Referência corresponde ao conjunto de nove graduações ascendentes existentes em cada nível da Tabela Referencial de Vencimentos.
 - d) Progressão funcional consiste no deslocamento funcional do servidor entre cargos distintos, exclusivamente por merecimento.
 - e) Piso de vencimento corresponde ao maior vencimento previsto na Tabela Referencial de Vencimentos para os cargos de nível superior.
- 70.** Considerando as disposições da RESOLUÇÃO N. TC-06/2001, especialmente acerca da jurisdição do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa incorreta:
- a) A jurisdição do Tribunal alcança qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que administre dinheiros, bens e valores públicos ou assumam obrigações pecuniárias em nome do Estado ou do Município.
 - b) A jurisdição do Tribunal também alcança aqueles que derem causa à perda, extravio ou outra irregularidade da qual resulte prejuízo ao erário.
 - c) Os responsáveis pela aplicação de recursos repassados mediante convênio, acordo, ajuste ou instrumento congêneres a pessoas jurídicas de direito público ou privado submetem-se à jurisdição do Tribunal.
 - d) Os representantes do Estado ou do Município em assembleias gerais de empresas estatais e sociedades anônimas podem responder solidariamente com membros do Conselho Fiscal e de Administração pela prática de atos de gestão ruínoza.
 - e) Os herdeiros dos administradores e responsáveis submetidos à jurisdição do Tribunal respondem integralmente pelos débitos do falecido perante a Fazenda Pública, independentemente do limite da herança recebida.

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO*Gilmar Possati*

71. Uma entidade pública realizou o registro do empenho de uma despesa com a aquisição de materiais de consumo. De acordo com a estrutura do PCASP e a natureza da informação, o registro contábil que reflete a natureza de informação orçamentária deve ser realizado em contas cujos códigos iniciam, respectivamente, pelas classes:

- a) 1 (Ativo) e 2 (Passivo).
- b) 3 (Variação Patrimonial Diminutiva) e 4 (Variação Patrimonial Aumentativa).
- c) 6 (Controle da Execução do Planejamento e Orçamento) e 6 (Controle da Execução do Planejamento e Orçamento).
- d) 7 (Controles Devedores) e 8 (Controles Credores).
- e) 5 (Controle do Planejamento e Orçamento) e 6 (Controle da Execução do Planejamento e Orçamento).

72. Em 01/01/2025, o Município Audazes dos Pampas adquiriu um veículo por R\$ 120.000, com vida útil estimada em 5 anos e valor residual de R\$ 20.000. O veículo entrou em operação na mesma data. Ao final do exercício de 2025, o valor da Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) relativa à depreciação e o Valor Líquido Contábil do ativo serão, respectivamente:

- a) R\$ 24.000 e R\$ 96.000.
- b) R\$ 20.000 e R\$ 100.000.
- c) R\$ 20.000 e R\$ 80.000.
- d) R\$ 24.000 e R\$ 76.000.
- e) R\$ 16.000 e R\$ 104.000.

73. Uma determinada autarquia municipal prestou serviços de consultoria técnica ambiental para um consórcio de empresas privadas durante o mês de dezembro de 2025. O valor total dos serviços, conforme contrato e medição aprovada, foi de R\$ 200.000. A fatura foi emitida e o direito a receber foi configurado em 28/12/2025. Todavia, o recurso financeiro correspondente só ingressou na conta bancária da autarquia em 05/01/2026.

Considerando as disposições da Lei nº 4.320/1964 e do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assinale a alternativa que descreve o correto tratamento contábil dos fatos:

- a) Em 2025, a autarquia deve reconhecer uma Receita Orçamentária de R\$ 200.000, seguindo o regime de competência para receitas.
- b) Em 2025, deve-se reconhecer uma Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) de R\$ 200.000; no exercício de 2026, deve-se registrar a Receita Orçamentária de R\$ 200.000.
- c) Em 2025, não há registros contábeis a realizar devido à ausência de ingresso financeiro; em 2026, reconhece-se a VPA e a Receita Orçamentária simultaneamente.
- d) Em 2025, reconhece-se a Receita Orçamentária pelo estágio do lançamento; em 2026, registra-se a VPA pelo regime de caixa.
- e) Em 2025, registra-se um Ativo Circulante em contrapartida a uma Receita Extraorçamentária, que será convertida em orçamentária no ato do recebimento em 2026.

74. De acordo com a Lei nº 4.320/1964 e o MCASP, o Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária. Nesse demonstrativo, os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária para:

- Compensar a despesa orçamentária empenhada e não paga.
- Demonstrar o superávit financeiro do exercício anterior.
- Evidenciar o aumento do patrimônio líquido da entidade.
- Registrar a entrada de recursos de operações de crédito por antecipação de receita.
- Ajustar o saldo devedor das contas de compensação.

75. Uma Secretaria Estadual de Saúde foi citada em três processos judiciais distintos durante o exercício de 2025. Ao final do ano, a assessoria jurídica emitiu os seguintes pareceres sobre a probabilidade de saída de recursos para a liquidação das obrigações:

Processo Cível (Indenização): Risco de perda avaliado em 85% (provável), com desembolso estimado de R\$ 600.000.

Processo Trabalhista (Horas Extras): Risco de perda avaliado em 40% (possível), com desembolso estimado de R\$ 250.000.

Processo Tributário (Multas): Risco de perda avaliado em 5% (remoto), com desembolso estimado de R\$ 1.200.000.

Considerando as disposições da NBC TSP 03 e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), o tratamento contábil correto para as demonstrações contábeis de 31/12/2025 é:

- Reconhecer uma provisão de R\$ 2.050.000 no Passivo Circulante/Não Circulante.
- Reconhecer uma provisão de R\$ 600.000 e divulgar passivo contingente de R\$ 250.000 em Notas Explicativas.

- Reconhecer uma provisão de R\$ 850.000 e divulgar passivo contingente de R\$ 1.200.000 em Notas Explicativas.

- Divulgar em Notas Explicativas o montante total de R\$ 2.050.000, sem realizar qualquer reconhecimento no Balanço Patrimonial.

- Reconhecer uma provisão de R\$ 600.000 e divulgar passivo contingente de R\$ 1.450.000 em Notas Explicativas.

76. Em 01/03/2025, uma autarquia estadual adquiriu um equipamento hospitalar de alta complexidade para o seu novo centro de oncologia. Para colocar o ativo em condições de uso, a entidade incorreu nos seguintes gastos:

- Preço de compra do equipamento (líquido de descontos comerciais): R\$ 800.000.
- Frete e seguro para transporte até o hospital: R\$ 25.000.
- Preparação do local (reforço de piso e blindagem de sala): R\$ 40.000.
- Honorários profissionais pagos a engenheiros para instalação: R\$ 15.000.
- Treinamento técnico para os enfermeiros e médicos operarem o equipamento: R\$ 20.000.
- Testes iniciais para verificar se o equipamento funciona adequadamente: R\$ 10.000.
- Estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do ativo ao final da vida útil (valor presente): R\$ 35.000.
- Gastos com a cerimônia de inauguração do novo centro: R\$ 12.000.

Com base na NBC TSP 07 e no MCASP, o valor total a ser imobilizado pela autarquia no reconhecimento inicial desse equipamento é:

- R\$ 957.000
- R\$ 945.000
- R\$ 925.000
- R\$ 905.000
- R\$ 890.000

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Luciana Marinho

Acerca do assunto Receita Pública, julgue os itens que se seguem.

77. No contexto de uma política de modernização fiscal, determinado Estado instituiu medidas voltadas à ampliação da arrecadação sem aumento da carga tributária compulsória. Entre as ações adotadas, destacaram-se: a ampliação da exploração econômica de imóveis públicos mediante contratos de cessão onerosa, a cobrança de tarifas decorrentes da delegação de serviços públicos e o incremento da fiscalização tributária sobre contribuintes inadimplentes.

Durante reunião técnica da Secretaria da Fazenda, discutiu-se a correta classificação dessas receitas quanto à coercitividade ou procedência, especialmente porque a distinção entre receitas originárias e derivadas produz impactos relevantes na análise das fontes de financiamento da atuação estatal.

Considerando a doutrina majoritária e as orientações do MTO, assinale a afirmativa correta.

- a) As receitas originárias decorrem do poder de império estatal e possuem caráter compulsório, como ocorre na arrecadação tributária e na aplicação de multas administrativas.
- b) As receitas derivadas decorrem da exploração do patrimônio estatal e da atuação econômica do Estado em condições equivalentes às do setor privado.
- c) As tarifas cobradas pela prestação de serviços públicos possuem natureza derivada, pois decorrem da supremacia administrativa exercida pelo Estado.
- d) Receitas provenientes de aluguel de imóveis públicos, cessão remunerada de bens e prestação de serviços tarifados possuem natureza originária, por decorrerem da exploração patrimonial ou econômica do Estado.

e) As receitas tributárias possuem natureza originária quando vinculadas ao custeio de atividades específicas da Administração Pública.

78. Determinado município celebrou dois instrumentos distintos de transferência voluntária com a União. O primeiro destinava recursos para construção de uma unidade hospitalar e aquisição de equipamentos permanentes. O segundo tinha por finalidade custear despesas de manutenção administrativa, aquisição de material de consumo e pagamento de contratos continuados vinculados à atenção básica em saúde.

Durante a execução orçamentária, a contadoria municipal identificou divergência entre os servidores acerca da correta classificação dessas transferências segundo a natureza da receita, especialmente porque parte da equipe entendia que a procedência dos recursos definiria automaticamente sua classificação econômica.

À luz da Lei nº 4.320/1964 e do MTO, assinale a afirmativa correta.

- a) Toda transferência proveniente da União classifica-se como transferência corrente, independentemente da finalidade de aplicação dos recursos.
- b) A classificação entre transferência corrente e transferência de capital depende da natureza jurídica do ente transferidor e da existência de contrapartida financeira.
- c) Recursos destinados à realização de investimentos, obras públicas e aquisição de bens permanentes classificam-se como transferências de capital.
- d) Transferências destinadas ao custeio administrativo e manutenção de serviços públicos classificam-se como transferências de capital, em razão de ampliarem a atuação estatal.
- e) A distinção entre transferência corrente e transferência de capital depende exclusivamente da categoria econômica da despesa realizada pelo ente transferidor.

79. Durante o processo de consolidação das contas públicas estaduais, a equipe técnica da Secretaria da Fazenda identificou elevado volume de operações realizadas entre órgãos integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social do próprio ente federativo. Entre essas operações estavam repasses financeiros entre autarquias, fundos públicos e fundações estatais dependentes.

Ao analisar os demonstrativos consolidados, o controlador-geral alertou que a ausência de adequado tratamento dessas receitas poderia produzir artificialmente aumento da arrecadação estadual, comprometendo a transparência fiscal e a fidedignidade das demonstrações contábeis governamentais.

Com base no regime das receitas intraorçamentárias previsto no MTO, assinale a afirmativa correta.

- a) As receitas intraorçamentárias representam efetivo ingresso de novos recursos financeiros externos ao ente federativo, razão pela qual ampliam a arrecadação consolidada estadual.
- b) As receitas intraorçamentárias são classificadas como ingressos extraorçamentários, por não produzirem alteração patrimonial efetiva no ente público.
- c) A criação das receitas intraorçamentárias decorreu da necessidade de identificar operações internas realizadas entre entidades integrantes do mesmo orçamento, permitindo neutralizar efeitos de dupla contagem na consolidação das contas públicas.
- d) As receitas intraorçamentárias somente podem ocorrer entre entidades pertencentes a diferentes esferas federativas, desde que integrantes da administração indireta.
- e) Receitas intraorçamentárias classificam-se exclusivamente como receitas correntes, inexistindo receitas de capital intraorçamentárias.

Acerca do assunto Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens que se seguem.

80. Durante a elaboração da Lei Orçamentária Anual, a equipe econômica de determinado Estado decidiu excluir do orçamento fiscal os valores previstos para ingresso de recursos decorrentes de operações de crédito autorizadas em lei, sob o argumento de que tais entradas não representariam arrecadação definitiva e poderiam distorcer a análise do resultado fiscal do exercício.

Além disso, algumas despesas executadas diretamente por fundos especiais também deixaram de constar formalmente da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Ao analisar a situação, a consultoria jurídica da Assembleia Legislativa apontou violação a princípio orçamentário clássico expressamente previsto na Lei nº 4.320/1964 e amplamente reconhecido pela doutrina de Direito Financeiro.

Assinale a afirmativa correta.

- a) A exclusão é válida, pois operações de crédito possuem natureza extraorçamentária e independem de autorização legislativa na LOA.
- b) A situação caracteriza afronta ao princípio da universalidade, segundo o qual todas as receitas e despesas do ente devem constar da lei orçamentária.
- c) O princípio da unidade autoriza a exclusão de receitas financeiras para evitar superavaliação da capacidade arrecadatória estatal.
- d) A universalidade aplica-se apenas às receitas tributárias e patrimoniais, não alcançando operações de crédito e fundos especiais.
- e) A exclusão parcial de receitas e despesas somente seria irregular caso comprometesse o princípio do equilíbrio orçamentário.

81. No processo de modernização da gestão fiscal, determinado Estado decidiu fragmentar sua programação orçamentária em diplomas legislativos autônomos. Assim, encaminhou ao Poder Legislativo uma lei específica para o orçamento fiscal, outra destinada exclusivamente ao orçamento da seguridade social e uma terceira voltada ao orçamento de investimentos das empresas estatais dependentes.

Segundo justificativa do Poder Executivo, a separação permitiria maior especialização técnica, facilitaria o controle parlamentar setorial e ampliaria a transparência na execução das políticas públicas.

Ao analisar a constitucionalidade da proposta, a comissão de orçamento da Assembleia Legislativa concluiu que a sistemática adotada afrontava princípio orçamentário clássico relacionado à estrutura formal da lei orçamentária.

Assinale a afirmativa correta.

- a) A situação viola o princípio da unidade, segundo o qual deve existir uma única lei orçamentária para cada ente federativo, ainda que nela coexistam múltiplos orçamentos.
- b) A fragmentação é compatível com a Constituição, pois cada orçamento integrante da LOA possui autonomia jurídica própria.
- c) A divisão da LOA em diferentes leis caracteriza afronta ao princípio da universalidade, por comprometer a integralidade da arrecadação pública.
- d) O princípio da exclusividade impede a coexistência do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social no mesmo diploma legal.
- e) A Constituição Federal exige leis distintas para os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das estatais dependentes.

CONTABILIDADE GERAL

Júlio Cardozo

82. Considerando o disposto no CPC 00 (R2) sobre a premissa de continuidade operacional e a entidade que reporta, assinale a alternativa correta.

- a) As demonstrações contábeis serão elaboradas com base na continuidade operacional, ainda que a entidade tenha intenção ou necessidade de entrar em liquidação.
- b) A entidade que reporta deve ser uma entidade legal, não podendo corresponder a parte de uma entidade ou a mais de uma entidade.
- c) Quando a entidade que reporta compreende a controladora e suas controladas, suas demonstrações contábeis são denominadas demonstrações contábeis combinadas.
- d) Quando a entidade que reporta compreende duas ou mais entidades que não são todas vinculadas por relação controladora-controlada, suas demonstrações contábeis são denominadas demonstrações contábeis combinadas.
- e) Na determinação do limite apropriado da entidade que reporta, admite-se a inclusão de conjunto arbitrário ou incompleto de atividades econômicas, desde que haja divulgação posterior.

83. Uma clínica odontológica atende exclusivamente pacientes particulares e recebe à vista pelos serviços realizados. Os seguintes fatos ocorreram no exercício de 2026:

- 01/04: Pagamento antecipado de R\$72.000 referente ao aluguel de três anos da clínica, para utilização imediata, apropriado mensalmente de forma linear.
- 15/05: Pagamento de R\$18.000 referente a obrigação com fornecedor decorrente da compra de equipamentos realizada no exercício anterior.
- 31/12: Verificou-se que a receita de serviços odontológicos no ano foi de R\$640.000. Os custos diretamente relacionados aos serviços prestados totalizaram R\$150.000.

Assinale a opção que indica o resultado antes do imposto de renda apurado pela clínica no exercício de 2026, desconsiderando tributos.

- a) R\$400.000.
- b) R\$454.000.
- c) R\$472.000.
- d) R\$490.000.
- e) R\$514.000.

84. Em 01/03/2026, uma papelaria adquiriu 200 calculadoras para revenda, ao custo total de R\$18.000. Durante o primeiro semestre de 2026, foram vendidas 80 calculadoras por R\$130 cada. Em 30/06/2026, o preço estimado de venda de cada calculadora era de R\$95, sendo estimados gastos necessários para a concretização da venda equivalentes a 20% do preço de venda. Considerando que não ocorreram novas compras nem vendas no segundo semestre, assinale a opção que indica o valor do estoque apresentado no balanço patrimonial da papelaria em 31/12/2026.

- a) R\$8.640.
- b) R\$9.120.
- c) R\$9.600.
- d) R\$10.800.
- e) R\$11.400.

85. A Cia. Alfa, que atua no setor de prestação de serviços de tecnologia, possuía a Cia. Beta como coligada e as Cias. Gama e Delta como controladas. Em 01/11/2026, o ativo circulante da Cia. Alfa era composto exclusivamente por disponibilidades no valor de R\$ 900.000,00.

Em novembro de 2026, a companhia realizou os seguintes empréstimos:

- R\$ 160.000,00 para a Cia. Beta, para recebimento em 5 meses.
- R\$ 210.000,00 para a Cia. Gama, para recebimento em 10 meses.
- R\$ 180.000,00 para a Cia. Delta, para recebimento em 18 meses.

Considerando que os empréstimos não representam negócios usuais na exploração do objeto da companhia, assinale a opção que indica o Ativo Circulante da Cia. Alfa em 31/12/2026.

- a) R\$ 350.000,00.
- b) R\$ 530.000,00.
- c) R\$ 550.000,00.
- d) R\$ 740.000,00.
- e) R\$ 900.000,00.

86. Assinale a opção que indica um fato que gera diminuição de caixa e equivalentes de caixa de uma empresa, pela atividade operacional, conforme o CPC 03 (R2).

- a) Aquisição à vista de participação societária em outra empresa, sem finalidade de negociação imediata.
- b) Pagamento à vista pela aquisição de um veículo para uso na área administrativa.
- c) Pagamento de fornecedores referentes à compra de mercadorias para revenda.
- d) Amortização de empréstimo bancário obtido para reforço do capital de giro.
- e) Pagamento à vista pela aquisição de equipamento industrial.

87. Em 01/09/2025, um banco adquiriu de uma universidade o direito sobre a folha de pagamento de professores e funcionários. Para isso, desembolsou R\$720.000,00, garantindo que todos os salários da instituição fossem pagos por meio dele durante seis anos, a partir de 01/03/2026.

Em 31/12/2026, o banco estimou que o direito adquirido poderia gerar benefícios econômicos futuros de R\$650.000,00. Já em 31/12/2027, estimou que o direito adquirido poderia gerar benefícios de R\$460.000,00.

Assinale a opção que indica o valor contábil do direito sobre a folha de pagamento em 31/12/2027.

- a) R\$460.000,00.
- b) R\$480.000,00.
- c) R\$500.000,00.
- d) R\$620.000,00.
- e) R\$650.000,00.

CONTABILIDADE DE CUSTOS

Silvio Sande

88. Uma entidade produz e vende sapatos. No ano de 2025, foram reconhecidos os seguintes custos na produção dos relógios:

Matéria prima: R\$ 300.000

Mão de obra direta: R\$ 200.000

Mão de obra indireta: R\$ 50.000

Aluguel da fábrica: R\$ 40.000

Depreciação da máquina: R\$ 20.000

Energia: R\$ 30.000

Assinale a opção que indica os custos de transformação, considerando que em 31/12/2025, o valor do estoque de sapatos era de R\$ 20.000.

- a) R\$ 490.000.
- b) R\$ 340.000.
- c) R\$ 210.000.
- d) R\$ 190.000.
- e) R\$ 150.000.

89. Uma indústria produtora de óleo de soja apresenta os seguintes dados:

Vendas: 220.000 unidades.

Preço de venda: R\$ 5,00 por unidade.

Custo variável: R\$ 160.000,00.

Despesas variáveis: R\$ 300.000,00.

Custo fixo: R\$ 130.000,00.

Qual é a margem de contribuição total da empresa, em Reais?

- a) 280.000,00
- b) 350.000,00
- c) 400.000,00
- d) 470.000,00
- e) 620.000,00

90. Uma empresa fabrica e vende seringas. Cada seringa tem custo variável unitário de R\$0,40 e é vendida por R\$1,00. Além disso, a empresa incorre mensalmente nos seguintes custos e despesas fixas:

- Aluguel da fábrica: R\$10.000
- Salários dos funcionários da fábrica: R\$30.000
- Depreciação das máquinas: R\$6.000
- Salários dos representantes de vendas: R\$20.000
- Depreciação dos computadores utilizados pelos representantes de vendas: R\$3.000
- Depreciação do veículo utilizado para entrega: R\$4.000

Assinale a alternativa que indique o ponto de equilíbrio financeiro da empresa em unidades de seringas.

- a) 66.667
- b) 76.667
- c) 78.333
- d) 100.000
- e) 121.667

91. Uma fábrica produz e vende notebooks. Cada notebook é vendido por R\$ 4.000 e incorre em custos de R\$1.600. Ainda, a fábrica reconhece mensalmente custos e despesas fixas de, respectivamente, R\$360.000 e R\$120.000. Em dezembro de X0, a fábrica produziu e vendeu 250 notebooks.

Assinale a opção que indica a margem de segurança da fábrica neste mês.

- a) 20,00%.
- b) 25,00%.
- c) 30,00%.
- d) 35,00%.
- e) 40,00%.

AUDITORIA

Tonyvan Carvalho

92. Durante a realização de auditoria financeira conduzida por equipe de auditoria de um Tribunal de Contas em determinada secretaria estadual, foram identificadas inconsistências relevantes em estimativas relacionadas a provisões para demandas judiciais e passivos contingentes registrados nas demonstrações contábeis do ente público. Diante da materialidade dos achados, a equipe ampliou os procedimentos substantivos, realizou circularizações junto à Procuradoria do Estado e analisou documentos internos e informações provenientes de fontes externas independentes, com o objetivo de obter evidências apropriadas e suficientes para fundamentar as conclusões do trabalho de auditoria governamental.

Ao final dos exames, os auditores discutiram se as evidências obtidas possuíam qualidade e quantidade adequadas para sustentar as conclusões constantes do relatório de auditoria. À luz do que dispõe a NBC TA 500 (R1) acerca das evidências de auditoria, assinale a alternativa correta.

- a) A suficiência da evidência de auditoria corresponde à sua qualidade, estando relacionada à relevância e à confiabilidade das informações obtidas pela equipe de auditoria.
- b) A adequação da evidência de auditoria refere-se exclusivamente à confiabilidade das informações obtidas, não abrangendo a análise de sua pertinência em relação às conclusões do auditor.
- c) A quantidade necessária de evidência de auditoria é influenciada pela avaliação dos riscos de distorção relevante realizada pelo auditor, bem como pela qualidade das evidências obtidas.
- d) A adequação da evidência de auditoria é determinada apenas pela origem externa das informações obtidas, independentemente de sua relevância para os objetivos da auditoria.
- e) A suficiência e a adequação da evidência de auditoria são conceitos equivalentes nas NBCs TA, diferenciando-se apenas quanto à forma de documentação nos papéis de trabalho.

93. Durante a realização de auditoria no âmbito de determinado Tribunal de Contas, a equipe de auditoria planejou obter evidências por meio de confirmações externas referentes a saldos registrados em contratos administrativos, disponibilidades financeiras mantidas em instituições bancárias oficiais e valores inscritos em restos a pagar de entidade jurisdicionada. Entretanto, os gestores responsáveis recusaram-se formalmente a autorizar o envio das solicitações de confirmação externa, sob a alegação de que o procedimento poderia comprometer negociações institucionais em andamento e gerar interpretações inadequadas perante terceiros envolvidos.

Diante desse cenário, a equipe de auditoria avaliou as justificativas apresentadas pelos gestores, reconsiderou os riscos inicialmente identificados no planejamento dos trabalhos e analisou os possíveis impactos da restrição imposta sobre a obtenção de evidência de auditoria apropriada e suficiente.

À luz das disposições das Normas Brasileiras de Auditoria aplicáveis ao tema, é correto afirmar que o auditor deve:

- a) acolher a justificativa apresentada pelos gestores sempre que houver possibilidade de prejuízo institucional perante terceiros, substituindo automaticamente as confirmações externas por meras indagações à administração da entidade auditada.
- b) indagar as razões da recusa, avaliar os reflexos dessa limitação sobre os riscos de distorção relevante — inclusive quanto ao risco de fraude — e executar procedimentos alternativos destinados à obtenção de evidência apropriada e suficiente.
- c) restringir-se à aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, sem necessidade de reavaliar os riscos de distorção relevante anteriormente considerados no planejamento da auditoria.
- d) presumir que a recusa dos gestores configura, por si só, evidência conclusiva de fraude, devendo propor imediatamente a emissão de parecer adverso no âmbito do controle externo.
- e) encerrar obrigatoriamente os trabalhos de auditoria, tendo em vista que a recusa da administração inviabiliza automaticamente a continuidade da fiscalização e da atividade de asseguuração.

94. Durante a realização de auditoria operacional no âmbito de um Tribunal de Contas, a equipe de auditoria avaliou a confiabilidade das evidências obtidas para fundamentar os achados e conclusões do trabalho. No curso da fiscalização, foram utilizadas informações provenientes de sistemas internos do órgão jurisdicionado, documentos encaminhados por terceiros independentes, declarações prestadas por gestores e registros eletrônicos extraídos de bases oficiais. Considerando as disposições normativas aplicáveis à evidência de auditoria, especialmente quanto à confiabilidade das informações obtidas, assinale a alternativa correta.

- a) As evidências produzidas internamente pelo órgão auditado são sempre menos confiáveis do que aquelas obtidas externamente, ainda que os controles internos relacionados à sua elaboração e manutenção sejam avaliados como eficazes pela equipe de auditoria.
- b) A evidência de auditoria proveniente de fonte externa independente é, em regra, mais confiável; entretanto, sua confiabilidade pode ser comprometida caso a fonte não detenha conhecimento apropriado sobre o assunto ou careça de objetividade.
- c) A evidência obtida mediante indagações realizadas junto aos gestores do órgão fiscalizado possui, em regra, maior confiabilidade do que aquela obtida diretamente pelos auditores, por refletir informações detalhadas da administração pública auditada.
- d) As declarações verbais fornecidas pelos responsáveis pela unidade jurisdicionada são consideradas mais confiáveis do que evidências documentais, por decorrerem diretamente do conhecimento dos agentes públicos envolvidos na gestão.
- e) Documentos convertidos para formato digital ou reproduzidos eletronicamente apresentam confiabilidade necessariamente superior à dos documentos originais, em razão da utilização de mecanismos tecnológicos de armazenamento e processamento.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO*Rubens Mauricio*

95. Bruno é um médico renomado que atende exclusivamente em consultório particular e que, nas eleições recentes, consagrou-se Prefeito do município de "Vila das Flores". O referido ente municipal instituiu e possui Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Diante desse contexto, do ponto de vista do enquadramento na legislação previdenciária nacional, Bruno será considerado:

- a) Segurado facultativo, visto que o exercício de mandato eletivo não acarreta a obrigatoriedade de filiação à previdência social.
- b) Segurado filiado ao RPPS do respectivo município de "Vila das Flores".
- c) Contribuinte individual do RGPS, tendo em vista a natureza eminentemente temporária de seu cargo no Poder Executivo.
- d) Segurado especial do RGPS, visto que atua como gestor público e administrador financeiro do município.
- e) Segurado empregado do RGPS, por exercer mandato eletivo municipal e não ser vinculado a RPPS.

96. A loja de comércio varejista "Moda Maior" contratou Leandro para atuar como vendedor no mês de março. No mês de outubro do ano seguinte, Leandro contraiu uma enfermidade, sem qualquer relação com a sua atividade laboral, que o deixou incapacitado de forma temporária para o trabalho por 40 dias consecutivos. A respeito da responsabilidade financeira pelo pagamento durante o afastamento de Leandro, é correto afirmar que:

- a) O INSS assume o pagamento do benefício desde o primeiro dia de afastamento de Leandro, eximindo o empregador de qualquer custo.
- b) A responsabilidade é integral e exclusiva da loja "Moda Maior" durante os 40 dias, visto que a enfermidade não é de cunho ocupacional.
- c) A loja "Moda Maior" deve pagar o salário correspondente aos primeiros 15 dias consecutivos de afastamento; a partir do 16º dia, o INSS assume o pagamento do auxílio.
- d) O INSS pagará o benefício somente a partir do 30º dia de afastamento, devendo o empregador arcar com o salário integral no primeiro mês de licença.
- e) Leandro não terá direito ao recebimento de nenhum valor, posto não ter alcançado a carência básica de 24 contribuições mensais com o seu empregador atual.

LEGISLAÇÃO APLICADA AO TERCEIRO SETOR

Elder Loureiro

97. O Município "Alfa", localizado no Estado de Santa Catarina, teve o seu estado de calamidade pública homologado pelo Governador do Estado após desastres naturais que comprometeram a segurança da população local. Com o objetivo de celebrar um convênio para o repasse de recursos estaduais destinados exclusivamente ao atendimento dessa situação emergencial, a procuradoria municipal analisa quais requisitos de regularidade do art. 16 do regulamento estadual permanecem obrigatórios.

À luz do Decreto Estadual nº 733/2024, o Município Alfa:

- a) deve comprovar a regularidade em relação aos tributos e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEF).
- b) está dispensado de comprovar a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).
- c) deve apresentar certidão emitida pelo TCE/SC para comprovar o cumprimento das exigências para as transferências voluntárias da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- d) permanece obrigado a atender à exigência de regularidade perante a Justiça do Trabalho, embora esteja dispensado da regularidade perante os órgãos e entidades estaduais.
- e) está dispensado de todas as exigências previstas para a celebração de convênios, independentemente da natureza da despesa a ser realizada.

98. O Município de Beta celebrou um convênio com a Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina para a aquisição de equipamentos hospitalares. Após o encerramento do prazo de vigência do instrumento e a efetiva extinção do ajuste, a administração municipal enfrentou dificuldades operacionais e não enviou a prestação de contas final no prazo regulamentar.

Diante dessa situação hipotética e com base no Decreto Estadual nº 733/2024, assinale a alternativa correta.

- a) O Município dispõe do prazo de 120 dias, contados da extinção do convênio, para apresentar a prestação de contas final ao órgão concedente.
- b) Persistindo a omissão no dever de prestar contas por 15 dias após a notificação automática pelo SIGEF, será instaurada a tomada de contas especial.
- c) A notificação automática por meio do SIGEF em caso de omissão é uma medida punitiva que impede, de imediato, a celebração de novos convênios pelo Município.
- d) O setor técnico da Secretaria de Estado da Saúde deverá concluir a análise da prestação de contas do Município no prazo improrrogável de 90 dias após a entrega.
- e) A notificação via correio eletrônico cadastrado em caso de omissão é obrigatória apenas para a prestação de contas final, sendo facultativa nas contas parciais.

LEGISLAÇÃO APLICADA AO TERCEIRO SETOR*Fábio Dutra*

- 99.** Sobre o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), previsto pela Emenda Constitucional nº 132/2023, que trouxe a Reforma Tributária do Consumo, assinale a alternativa correta.
- a) O IBS somente incide sobre operações onerosas realizadas por pessoas jurídicas contribuintes, sendo vedada sua exigência nas importações realizadas por pessoas físicas não habituais.
- b) O IBS incide sobre as exportações de bens e serviços, sendo vedado ao exportador manter ou aproveitar os créditos relativos às operações anteriores.
- c) O IBS é de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios, os quais o instituirão por meio de lei específica, atribuindo-lhe as alíquotas ou vinculando-as às alíquotas de referência fixadas pelo Senado Federal.
- d) O IBS pode ser objeto de concessão de incentivos e benefícios fiscais individualizados, desde que aprovados por lei complementar federal, visando ao desenvolvimento regional.
- e) O IBS será cobrado pelo somatório das alíquotas do Estado e do Município de destino da operação.

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS*Marcondes Fortaleza*

- 100.** Em 31/12/2025, a sociedade empresária MAVIFOR apresentou os seguintes saldos em seu Balanço Patrimonial:
- Impostos a pagar (30 dias): R\$ 16.000; Aplicações financeiras de liquidez imediata: R\$ 30.000; Duplicatas a receber (120 dias): R\$ 34.000; Duplicatas descontadas (90 dias): R\$ 20.000; Seguros a vencer (180 dias): R\$ 10.000; Capital Social: R\$ 40.000; Empréstimos (720 dias): R\$ 13.000; Estoques: R\$ 15.000.
- Assinale a opção que indica a liquidez seca da sociedade empresária em 31/12/2025.
- a) 1,42.
b) 1,50.
c) 1,78.
d) 2,05.
e) 2,47.

Peça Técnica

Situação Hipotética:

No ano de 2026, o Estado "Gama" enfrentou um cenário fiscal de alta complexidade. Inicialmente, o Poder Executivo precisou adotar medidas para socorrer as vítimas de um desastre natural sem precedentes, evento fático totalmente ausente nas previsões da Lei Orçamentária Anual (LOA). Meses depois, a equipe governamental concebeu um projeto para instituir uma política pública inédita de fomento à cultura local, iniciativa também não contemplada no orçamento original. Por fim, o governador identificou que a verba originariamente aprovada na LOA para a manutenção das rodovias estaduais mostrava-se financeiramente escassa para a conclusão do ano. Para concretizar as três medidas, a administração utilizou mecanismos de retificação do orçamento, com estrita observância às normas financeiras, aos limites temporais e à indicação de fontes garantidoras.

Comando da Questão:

Considerando a situação hipotética e a disciplina da Lei 4.320/1964 e da Constituição Federal acerca das alterações orçamentárias, redija um texto dissertativo abordando, obrigatoriamente, os cinco tópicos questionadores a seguir:

1. A classificação e o conceito das três espécies de créditos adicionais utilizados para sanar os eventos descritos.
2. Os instrumentos normativos exigidos para a autorização legislativa e para a respectiva abertura de cada modalidade.
3. A regra geral de vigência temporal dos créditos e a sua relação com o princípio da anualidade.
4. Os requisitos constitucionais e legais que autorizam a reabertura lícita de créditos no exercício financeiro subsequente.
5. As fontes de financiamento expressamente admitidas pelo ordenamento jurídico para suportar a abertura de tais créditos.

Folha de Resposta

| | |
|----|--|
| 01 | |
| 02 | |
| 03 | |
| 04 | |
| 05 | |
| 06 | |
| 07 | |
| 08 | |
| 09 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |

Folha de Resposta

| | |
|----|--|
| 31 | |
| 32 | |
| 33 | |
| 34 | |
| 35 | |
| 36 | |
| 37 | |
| 38 | |
| 39 | |
| 40 | |
| 41 | |
| 42 | |
| 43 | |
| 44 | |
| 45 | |
| 46 | |
| 47 | |
| 48 | |
| 49 | |
| 50 | |
| 51 | |
| 52 | |
| 53 | |
| 54 | |
| 55 | |
| 56 | |
| 57 | |
| 58 | |
| 59 | |
| 60 | |

Questão Discursiva 1

Texto Motivador:

Ao longo do desenvolvimento da contabilidade, várias correntes de pensamento surgiram com o objetivo de apresentar e de explicar o seu objeto de estudo, bem como os seus conceitos operacionais. O estudo aprofundado dos elementos patrimoniais exigiu a formulação de preceitos teóricos capazes de classificar os bens, os direitos, as obrigações e os resultados de maneira estruturada e lógica.

Comando da Questão:

Com base no fragmento acima, redija um texto dissertativo para explicar a evolução conceitual das contas na ciência contábil. Em seu texto, é obrigatório responder de forma sequencial aos três tópicos a seguir:

1. Explique a Teoria Personalista e a sua respectiva classificação das contas.
2. Discorra sobre a Teoria Materialística e a sua forma de divisão dos elementos contábeis.
3. Detalhe a Teoria Patrimonialista e a sua aplicação na prática contábil contemporânea.

Folha de Resposta

| | |
|----|--|
| 01 | |
| 02 | |
| 03 | |
| 04 | |
| 05 | |
| 06 | |
| 07 | |
| 08 | |
| 09 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |

Questão Discursiva 2

Texto Motivador:

O processo de auditoria das demonstrações contábeis exige um método rigoroso para mitigar os riscos e para assegurar a correta formulação da opinião profissional. De acordo com os preceitos normativos, a organização prévia do trabalho e o registro minucioso dos achados constituem etapas indispensáveis. O auditor não atua com base no improviso; ele delinea os seus passos e guarda o histórico de suas testagens para provar a execução de um exame técnico diligente.

Comando da Questão:

Com base no texto motivador acima, redija um texto dissertativo para elucidar os conceitos fundamentais de planejamento e de documentação na ciência da auditoria. Em seu texto, é obrigatório responder de forma sequencial aos três tópicos a seguir:

1. Diferencie a estratégia global do plano de auditoria e explique a relação lógica entre ambos.
2. Explique a natureza contínua do planejamento e a necessidade de sua alteração no curso dos trabalhos executados.
3. Discorra sobre o conceito de documentação de auditoria (papéis de trabalho) e sobre a sua finalidade principal.

Folha de Resposta

| | |
|----|--|
| 01 | |
| 02 | |
| 03 | |
| 04 | |
| 05 | |
| 06 | |
| 07 | |
| 08 | |
| 09 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |

Questão Discursiva 3

Texto Motivador:

A contabilidade de custos desempenha um papel central na mensuração do patrimônio e na apuração do resultado das entidades fabris e comerciais. A correta avaliação das mercadorias e a precisa alocação dos insumos produtivos constituem bases fundamentais para refletir a verdadeira posição financeira da corporação. Para tanto, normas técnicas internacionais e nacionais estabelecem diretrizes rigorosas com o propósito de impedir a superavaliação dos ativos e de padronizar a identificação do custo das vendas.

Comando da Questão:

Com base no fragmento acima, redija um texto dissertativo para explicar a avaliação de estoques e a dinâmica das nomenclaturas de custos na indústria. Em seu texto, é obrigatório responder de forma sequencial aos três tópicos a seguir:

1. Explique a regra basilar de mensuração de estoques e diferencie "valor realizável líquido" de "valor justo".
2. Discorra sobre a mecânica dos métodos "*FIFO*" (Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair) e "*LIFO*" (Último a Entrar, Primeiro a Sair) na atribuição de custos aos itens alienados.
3. Diferencie os conceitos de Custo de Produção do Período (CPP), Custo da Produção Acabada (CPA) e Custo dos Produtos Vendidos (CPV) no ambiente industrial.

Folha de Resposta

| | |
|----|--|
| 01 | |
| 02 | |
| 03 | |
| 04 | |
| 05 | |
| 06 | |
| 07 | |
| 08 | |
| 09 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |

Questão Discursiva 4

Texto Motivador:

Os indicadores de liquidez assumem um papel indispensável na análise das demonstrações contábeis corporativas, pois atestam a capacidade da empresa para quitar as suas dívidas. Credores, como bancos e fornecedores, utilizam essas métricas matemáticas para avaliar o risco de inadimplência atrelado à concessão de créditos. Contudo, a avaliação precisa exige a aplicação de diferentes fórmulas para isolar graus de conversibilidade dos ativos, desde o caixa imediato até os bens de longo prazo.

Comando da Questão:

Com base no texto motivador, redija um texto dissertativo para explicar a finalidade e a composição estrutural dos indicadores de liquidez. Em seu texto, é obrigatório responder de forma sequencial aos três tópicos a seguir:

1. Explique o conceito do Índice de Liquidez Corrente e detalhe a sua forma de cálculo.
2. Discorra sobre o Índice de Liquidez Seca e justifique a exclusão de determinados elementos patrimoniais de sua fórmula.
3. Diferencie o Índice de Liquidez Imediata do Índice de Liquidez Geral quanto ao horizonte temporal e aos grupos contábeis envolvidos.

Folha de Resposta

| | |
|----|--|
| 01 | |
| 02 | |
| 03 | |
| 04 | |
| 05 | |
| 06 | |
| 07 | |
| 08 | |
| 09 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
